



Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

Psicologia Ambiental e Ação Climática: teoria e prática alinhadas à Agenda 2030¹

Environmental Psychology and Climate Action: theory and practice aligned with the 2030 Agenda

Psicología ambiental y acción climática: teoría y práctica alineadas con la Agenda 2030

Ilson Davi Guedes Ferreira^{2*}

ilson.ferreira.psi@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-6299-2242>

Celso Vergne³

celso.vergne@mariathereza.com.br

<https://orcid.org/0009-0001-9877-5570>

Graciella Faico⁴

graciellafaico@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9075-5180>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar como a Psicologia Ambiental se articula à ação climática, considerando suas contribuições para a produção acadêmica, a prática profissional e a implementação da Agenda 2030 no Brasil. A metodologia adotada envolveu uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, baseada na revisão da literatura sobre Psicologia Ambiental e ação climática, além de pesquisa documental sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 13, relativo à ação contra a mudança global do clima, no período de 2015 a 2025. O material selecionado foi interpretado por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam quatro eixos recorrentes na interface entre Psicologia Ambiental e ação climática: saúde mental e bem-estar; comunicação pública e mudança de comportamento; engajamento comunitário e justiça climática; educação e formação profissional. A análise documental sobre o ODS 13 no Brasil evidencia desafios persistentes em sua implementação na última década, associados à exploração predatória de biomas, ao investimento em combustíveis fósseis, à vulnerabilidade urbana e às fragilidades das políticas públicas, ainda que se observe uma reorientação recente da agenda climática nacional. Conclui-se que a Psicologia Ambiental pode contribuir para a ação climática por meio da promoção de comportamentos pró-ambientais, do fortalecimento de estratégias de resiliência e adaptação, da qualificação da comunicação pública e da inserção da educação climática em processos formativos, em consonância com a meta 13.3 da Agenda 2030, indicando caminhos para acelerar a implementação do ODS 13 no país.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental; ação climática; Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); ODS 13; educação climática.

¹ Artigo apresentado no segundo semestre de 2025 à Faculdade Maria Thereza, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

² Estudante do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Maria Thereza

³ Docente da Faculdade Maria Thereza, orientador do artigo apresentado

⁴ Pesquisadora e pós-doutoranda no Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), coorientadora do artigo apresentado

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

ABSTRACT: This study aims to investigate how Environmental Psychology is articulated with climate action, considering its contributions to academic production, professional practice, and the implementation of the 2030 Agenda in Brazil. The methodology adopted a qualitative, theoretical-analytical approach, based on a literature review on Environmental Psychology and climate action, as well as documentary research on the Sustainable Development Goals (SDGs), with a focus on SDG 13, related to climate action, from 2015 to 2025. The selected material was interpreted through Content Analysis. The results indicate four recurring axes at the interface between Environmental Psychology and climate action: mental health and well-being; public communication and behavior change; community engagement and climate justice; and education and professional training. The documentary analysis of SDG 13 in Brazil highlights persistent challenges in its implementation over the last decade, including the predatory exploitation of biomes, investment in fossil fuels, urban vulnerability, and weaknesses in public policy. However, a recent reorientation of the national climate agenda is evident. It is concluded that Environmental Psychology can contribute to climate action through the promotion of pro-environmental behaviors, the strengthening of resilience and adaptation strategies, the qualification of public communication, and the inclusion of climate education in training processes, in line with target 13.3 of the 2030 Agenda, indicating pathways to accelerate the implementation of SDG 13 in Brazil.

Keywords: Environmental Psychology; climate action; 2030 Agenda; Sustainable Development Goals (SDGs); SDG 13; climate education.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo investigar cómo la psicología ambiental se articula con la acción climática, considerando sus contribuciones a la producción académica, a la práctica profesional y a la implementación de la Agenda 2030 en Brasil. La metodología adoptada incluyó un enfoque cualitativo, de carácter teórico-analítico, basado en una revisión de la literatura sobre psicología ambiental y acción climática, así como en una investigación documental sobre los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), con énfasis en el ODS 13, relativo a la acción contra el cambio climático global, en el período de 2015 a 2025. El material seleccionado fue interpretado mediante el análisis de contenido. Los resultados indican cuatro ejes recurrentes en la interfaz entre la psicología ambiental y la acción climática: salud mental y bienestar; comunicación pública y cambio de comportamiento; compromiso comunitario y justicia climática; educación y formación profesional. El análisis documental sobre el ODS 13 en Brasil evidencia desafíos persistentes en su implementación durante la última década, asociados a la explotación predatoria de los biomas, la inversión en combustibles fósiles, la vulnerabilidad urbana y las fragilidades de las políticas públicas, aunque se observe una reorientación reciente de la agenda climática nacional. Se concluye que la psicología ambiental puede contribuir a la acción climática mediante la promoción de comportamientos proambientales, el fortalecimiento de estrategias de resiliencia y adaptación, la cualificación de la comunicación pública y la inclusión de la educación climática en los procesos formativos, en consonancia con la meta 13.3 de la Agenda 2030, lo que indica caminos para acelerar la implementación del ODS 13 en Brasil.

Palabras clave: Psicología Ambiental; acción climática; Agenda 2030; Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS); ODS 13; educación climática.

1. Introdução

A Psicologia Ambiental desenvolveu-se em torno de uma pergunta que permanece atual: de que modo os lugares participam da vida psíquica e social das pessoas? Essa questão desloca a compreensão da subjetividade para além do indivíduo isolado, pois considera os lugares em que a vida cotidiana se organiza. Os ambientes, naturais ou construídos, interferem nos modos de perceber e de atribuir sentido às experiências. Desde a primeira metade do século XX, esse campo passou a reunir estudos sobre transformações urbanas, deslocamentos populacionais e relações entre pessoas e espaços de convivência, considerando o contexto de reconstrução pós-guerra e os novos modos de organização das cidades.

Na América Latina, esse campo foi se aproximando de questões próprias dos territórios. As pesquisas sobre a relação pessoa-ambiente passaram a dialogar com conflitos socioambientais, modos de vida, vulnerabilidades sociais, disputas territoriais e políticas públicas. O Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia, apresenta a área como um campo ainda em consolidação no Brasil, marcado por práxis transdisciplinares voltadas para comunidades e políticas públicas (CFP, 2022).

A leitura pela lente da Psicologia Ambiental ajuda a deslocar o olhar centrado no indivíduo, ampliando a análise para compreender a crise socioambiental atravessada por desigualdades sociais, violências contra povos originários e comunidades periféricas, bem como por ameaças a territórios tradicionais, por exemplo. Esses problemas produzem sofrimento, mas também podem gerar saberes a partir das formas de organização e de resistência. Pensar esse campo a partir do Sul Global exige uma pluralidade teórico-metodológica que considere experiências comunitárias e conhecimentos territoriais que nem sempre figuram como referências centrais nas formulações clássicas da Psicologia (CFP, 2022).

A crise climática intensifica esse debate, pois os efeitos do aquecimento global acarretam danos materiais e consequências psicossociais. Quando uma família perde sua casa ou uma comunidade perde sua referência territorial, a questão climática passa a compor a vida psíquica e social, sendo esse o ponto em que a Psicologia Ambiental pode oferecer caminhos para promover a ação contra a mudança do clima (CFP, 2022).

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

A emergência climática, a perda de biodiversidade, as violações de direitos humanos, as instabilidades políticas e o aprofundamento das desigualdades sociais compõem um cenário global de crises interdependentes que impulsionou, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a criação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015 (ONU, 2015). Diante do avanço insuficiente no cumprimento dos ODS, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU, realizada em 2019, destacou as mudanças climáticas como um dos maiores desafios para o alcance dessa agenda e instituiu a Década da Ação, com o objetivo de acelerar sua implementação em escala global (Brasil, 2024; GTSC A2030, 2025; ONU, 2020).

A gravidade desse cenário tem sido destacada pela própria ONU. Em 2023, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que o planeta havia entrado em uma era de "ebulição global", chamando a atenção para a intensificação do calor extremo, a inação climática e a persistência dos investimentos em combustíveis fósseis (ONU Brasil, 2023). Essa formulação reforça a urgência de ações voltadas tanto à mitigação, com redução de emissões e transição energética, quanto à adaptação, com proteção de populações diante de tempestades, secas, incêndios e ondas de calor.

No cenário brasileiro, os eventos climáticos extremos têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos, como as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, que atingiram mais de 90% dos municípios do estado, evidenciando a vulnerabilidade de populações, territórios e infraestruturas diante da crise climática. Nesse mesmo ano, o Brasil também enfrentou secas severas, redução histórica nos níveis dos rios e queimadas que espalharam fumaça por grande parte do território nacional. Esse contexto evidencia a centralidade do país nos debates sobre clima, tanto pela gravidade dos impactos socioambientais vivenciados quanto por sua relevância diplomática, expressa na presidência do G20 em 2024 e na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém-PA.

Diante desse contexto global e nacional, este artigo parte do pressuposto de que a Psicologia Ambiental pode contribuir para a territorialização do ODS 13, dedicado à ação contra a mudança global do clima, no Brasil. Essa contribuição se relaciona à capacidade desse campo de produzir conhecimentos sobre comportamento, afetos, percepção de

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

risco, vínculos comunitários, engajamento social e relações pessoa-ambiente, dimensões fundamentais para a construção de respostas psicossociais à crise climática.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar de que forma a Psicologia Ambiental se conecta à ação climática, articulando a produção acadêmica e a prática profissional em alinhamento ao ODS 13. Como objetivos específicos, busca mapear referências centrais em Psicologia Ambiental relacionadas à ação climática; analisar os compromissos e os resultados do Brasil no âmbito do ODS 13; e identificar possibilidades de abordagens e práticas da Psicologia Ambiental voltadas à ação climática.

A escolha deste tema decorreu de uma inquietação surgida ao longo da formação em Psicologia. Embora a crise climática já atravessasse a vida das populações brasileiras, esse debate ainda aparece pouco nas produções acadêmicas e profissionais da área. No levantamento bibliográfico realizado, essa percepção se confirmou, pois foram identificadas produções internacionais relevantes sobre psicologia e clima, além de publicações brasileiras recentes, como o dossiê da Revista Psicologia USP. Ainda assim, a articulação entre Psicologia Ambiental, ação climática e ODS 13 permanece dispersa. Organizar essa interface contribui para ampliar o debate sobre um problema que já se manifesta nas consequências do aquecimento global, no sofrimento psicossocial e nos desafios impostos às políticas públicas e às práticas profissionais.

2. Percurso Metodológico

A metodologia adotada na pesquisa envolveu uma abordagem qualitativa, combinando revisão de literatura e pesquisa documental. O material selecionado foi interpretado por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), com o objetivo de identificar recorrências temáticas e possibilidades de articulação entre Psicologia Ambiental, ação climática e Agenda 2030, com foco no ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima.

Foram consultadas bases acadêmicas multidisciplinares e repositórios institucionais de organismos nacionais e internacionais, a partir de descritores em português, inglês e espanhol. Entre os termos utilizados, destacam-se: "Psicologia Ambiental", "Environmental Psychology", "Psicología Ambiental", "ação climática", "climate action", "acción climática", "Agenda 2030", "Objetivos de Desenvolvimento

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

Sustentável", "Sustainable Development Goals", "Objetivos de Desarrollo Sostenible" e "ODS 13/SDG 13". As buscas contemplaram artigos científicos, capítulos de livro, relatórios técnicos, documentos institucionais e publicações de políticas públicas produzidos entre 2015 e 2025, recorte temporal que se justifica pelo marco de criação da Agenda 2030 e pela possibilidade de analisar a primeira década de implementação do ODS 13 no Brasil.

Como critérios de inclusão, foram considerados materiais que abordassem diretamente a interface entre Psicologia Ambiental e ação climática, bem como documentos relacionados ao monitoramento e aos resultados do ODS 13 no Brasil. Foram excluídos materiais sem relação direta com o objeto da pesquisa, publicações duplicadas e documentos cujo conteúdo não permitisse identificar contribuições teóricas ou práticas ao tema investigado.

A análise foi organizada em quatro etapas. A primeira consistiu no levantamento de produções e na leitura exploratória do material selecionado, com o objetivo de identificar aproximações entre a Psicologia Ambiental e a ação climática. Em seguida, foram analisados documentos relacionados à Agenda 2030 e ao ODS 13 no Brasil, com atenção aos indicadores disponíveis e aos desafios apontados nos relatórios nacionais e da sociedade civil. Na sequência, foi realizada uma triangulação entre a literatura científica, documentos de políticas públicas e relatórios oficiais, o que permitiu articular a produção acadêmica da Psicologia Ambiental aos desafios concretos de implementação da ação climática no contexto brasileiro. Por fim, definiu-se uma categorização temática das informações obtidas, organizada em quatro eixos analíticos: i) saúde mental e bem-estar; ii) comunicação pública e mudança de comportamento; iii) engajamento comunitário e justiça climática; iv) educação e formação profissional. Esses eixos, criados a partir da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016), orientaram a organização desses núcleos de sentido e a interpretação dos dados na construção da discussão teórica.

A revisão realizada buscou construir um percurso de leitura que colocasse em diálogo referências acadêmicas, documentos institucionais e relatórios sobre o ODS 13 no Brasil, sem a pretensão de abarcar toda a produção existente sobre Psicologia Ambiental e ação climática. Essa escolha reduz o alcance do levantamento, mas favorece uma análise integrada do problema investigado.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

Como atualização documental complementar ao recorte temporal de 2015-2025, incluiu-se a publicação recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre a nacionalização das metas brasileiras da Agenda 2030 (Ipea, 2026), em razão de sua relevância para a análise da implementação e da territorialização dos ODS no Brasil.

3. Resultados e discussão: conexões entre Psicologia Ambiental e ação climática

A leitura do material selecionado mostrou que a aproximação entre Psicologia Ambiental e ação climática se organiza em perspectivas interdisciplinares e territorializadas, na articulação entre produção científica, políticas públicas, práticas profissionais e saberes comunitários.

Nos textos e documentos analisados, a ação climática aparece ligada a metas ambientais e respostas técnicas, mas também a processos subjetivos, comunitários e institucionais. É nesse ponto que a Psicologia Ambiental oferece uma contribuição própria, pois seu foco nas relações pessoa-ambiente permite compreender como a mudança do clima chega à vida cotidiana, afetando os vínculos com os lugares e abrindo possibilidades de respostas coletivas em contextos marcados por desigualdade.

O dossiê “Psicologia e Mudança Climática”, publicado pela Revista Psicologia USP, constitui uma referência estratégica para esta pesquisa por reunir contribuições recentes que aproximam a Psicologia Ambiental da emergência climática no contexto latino-americano. Na apresentação do dossiê, Martins e Massola (2025) situam o conjunto de artigos no contexto da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém-PA. Os autores destacam, nas publicações, dimensões afetivas, cognitivas, culturais e comunitárias das relações entre pessoas e ambiente, o que confirma a necessidade de articular temas de Psicologia Ambiental nas respostas à crise climática.

A partir da leitura exploratória e da categorização temática do material selecionado com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), foram definidos quatro eixos recorrentes: saúde mental, bem-estar e vínculos territoriais; comunicação pública, percepção de risco e mudança de comportamento; justiça climática, participação comunitária e territorialização; e educação climática e formação profissional em Psicologia. Alguns textos enfatizam os impactos da crise climática na saúde mental e nos

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

vínculos das pessoas com os lugares onde vivem. Outros se concentram na comunicação pública, na percepção de risco e nos fatores que favorecem ou dificultam o engajamento em ações climáticas. Também foram identificadas contribuições relacionadas à justiça climática, à participação comunitária, ao fortalecimento de vínculos coletivos e à necessidade de inserir discussões sobre a crise climática na formação em Psicologia.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das principais frentes identificadas a partir do levantamento bibliográfico e documental realizado, relacionando os eixos identificados, os temas predominantes, os tipos de fontes consultadas e suas contribuições para a análise proposta neste estudo.

Quadro 1: Matriz-síntese do levantamento bibliográfico e documental sobre Psicologia Ambiental e Ação Climática

Eixo identificado	Temas recorrentes no levantamento	Principais tipos de fontes consultadas	Contribuição para a pesquisa
Saúde mental, bem-estar e vínculos territoriais	Sofrimento psíquico, ecoansiedade, trauma, luto ecológico, identidade de lugar, perda de território e insegurança diante de eventos climáticos extremos	Artigos científicos, relatórios técnicos da psicologia, documentos institucionais nacionais e internacionais	Evidencia que a crise climática produz efeitos subjetivos, comunitários e territoriais, ampliando as possibilidades de atuação da Psicologia Ambiental
Comunicação pública, percepção de risco e mudança de comportamento	Comunicação climática, desinformação, percepção de risco, eficácia percebida, comportamento pró-ambiental, valores e confiança institucional	Artigos de Psicologia Ambiental, revisões internacionais, documentos de associações profissionais e relatórios técnicos	Indica que a ação climática depende de informação qualificada, comunicação situada e compreensão dos fatores que favorecem ou dificultam o engajamento
Justiça climática, participação comunitária e territorialização	Desigualdades socioambientais, vulnerabilidade urbana, racismo ambiental, participação social, saberes territoriais e políticas públicas	Relatórios oficiais, documentos da sociedade civil, estudos sobre justiça climática e ODS 13 no Brasil	Demonstra que a ação climática precisa considerar desigualdades históricas, condições territoriais e participação comunitária
Educação climática e formação profissional em Psicologia	Meta 13.3 da Agenda 2030, educação climática, formação profissional, competências para mitigação e adaptação, advocacy e atuação psicológica	Documentos da ONU/Ipea, relatórios da APA/GPA, publicações institucionais e acadêmicas	Sustenta a necessidade de inserir a crise climática na formação em Psicologia e nas práticas profissionais

Fonte: elaboração própria com base nas fontes analisadas (2026).

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

A matriz permite visualizar que a interface entre a Psicologia Ambiental e a ação climática vai além do estudo de comportamentos individuais. O levantamento indica a ampliação do debate para as dimensões psicossociais, territoriais, comunicacionais, comunitárias e formativas. A organização em quatro eixos não pretende esgotar o tema. Trata-se de uma chave de leitura para compreender como a Psicologia Ambiental pode dialogar com o ODS 13 no Brasil, sobretudo diante das desigualdades históricas que aumentam a exposição de determinados grupos a riscos climáticos e reduzem sua capacidade de resposta. Os eixos apresentados orientam a análise dos resultados desenvolvida nas seções seguintes.

3.1 Saúde mental, bem-estar e impactos psicossociais da crise climática

O primeiro eixo identificado no levantamento refere-se aos impactos da crise climática sobre a saúde mental, o bem-estar e os vínculos das pessoas com seus territórios. Essa dimensão aparece de forma consistente na literatura internacional, que vem tratando a mudança climática como uma questão socioambiental e sanitária, bem como um fenômeno com efeitos psicológicos e psicossociais. O relatório *Mental Health and Our Changing Climate*, elaborado pela APA e pela EcoAmerica (Clayton et al., 2021), indica que os impactos climáticos podem ocorrer tanto de forma aguda, após eventos extremos, quanto de forma gradual, à medida que se intensificam processos como o aumento da temperatura, secas prolongadas, perda de territórios, insegurança hídrica e degradação ambiental. A atualização de 2021 do relatório destaca que as evidências sobre os efeitos climáticos na saúde mental cresceram nos últimos anos e que a preocupação com esse tema se ampliou entre profissionais de saúde, formuladores de políticas públicas e a população em geral (Clayton et al., 2017; Clayton et al., 2021).

Na literatura sobre clima e saúde mental, os efeitos psicológicos da crise climática são frequentemente associados a temas como ansiedade, depressão, estresse, transtorno de estresse pós-traumático, insegurança, luto ecológico e perda do sentimento de pertencimento. No relatório de Clayton et al. (2021), a ansiedade climática é tratada como uma das expressões do sofrimento associado à crise climática, o que permite reconhecer esse sofrimento sem reduzi-lo a uma patologia individual, evitando deslocar o foco das

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

responsabilidades políticas, econômicas e institucionais envolvidas na produção da vulnerabilidade.

Em contextos de desastre, os registros oficiais costumam priorizar mortes, pessoas desabrigadas, danos materiais e prejuízos à infraestrutura, dados indispensáveis, porém insuficientes para captar toda a experiência vivida pelas populações afetadas. A perda da casa, a destruição de uma paisagem conhecida ou a interrupção de uma rotina comunitária também alteram as referências de segurança e de pertencimento. Esses efeitos, que costumam ficar fora dos cálculos de danos materiais, permitem compreender por que o sofrimento persiste mesmo após a fase mais visível da situação de emergência.

Os estudos sobre identidade de lugar e resiliência ajudam a qualificar essa discussão, pois os vínculos com o ambiente participam da organização subjetiva e comunitária. Quando um território é degradado ou afetado por eventos extremos, parte dessas referências físicas e simbólicas também se fragiliza. No Brasil, o dossiê Psicologia e Mudança Climática, da Psicologia USP, contribui para inserir esse debate em uma agenda recente da Psicologia, com artigos que fundamentam a presente pesquisa e abordam temas relacionados às dimensões afetivas, cognitivas, culturais e comunitárias da crise climática (Martins; Massola, 2025).

Costa, Roldão e Verrangia (2025) discutem a ecoansiedade sob uma perspectiva crítica e político-ambiental, associando o sofrimento climático às condições sociais, econômicas e culturais que sustentam a degradação ambiental. Essa leitura afasta a ideia de ecoansiedade como reação isolada do indivíduo e a aproxima dos modos de vida, das desigualdades e das possibilidades de ação coletiva.

A atuação psicológica diante da crise climática envolve diversas abordagens, que vão desde o atendimento individual e o apoio psicossocial em desastres até as ações preventivas, a reconstrução de vínculos territoriais e a participação em políticas públicas voltadas à elaboração de estratégias de adaptação. O plano de ação da APA sobre a crise climática reconhece essa amplitude de atuação ao indicar papéis para psicólogas e psicólogos na pesquisa, na prática profissional, na comunicação e na formação (American Psychological Association, APA Task Force on Climate Change, 2022).

No Brasil, os efeitos psicossociais do clima em mudança se agravam em territórios marcados por desigualdades, visto que populações em situação de vulnerabilidade enfrentam maior exposição a eventos climáticos extremos, ao mesmo tempo em que

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

dispõem de menor capacidade de recuperação. Nesses contextos, o cuidado psicológico depende também de políticas públicas, envolve a atuação em redes comunitárias, a promoção de proteção territorial e o engajamento em estratégias coletivas de adaptação.

3.2 Comunicação pública, percepção de risco e mudança de comportamento

O material reunido neste eixo aproxima a comunicação pública, a percepção de risco e a mudança de comportamento. A comunicação climática enfrenta um problema recorrente. Dados sobre temperatura, emissões ou eventos extremos circulam cada vez mais, mas isso não significa que sejam compreendidos ou transformados em ação, pois o negacionismo, a baixa percepção de risco, a sensação de impotência e a desconfiança institucional interferem diretamente nesse processo. Cruz e Modesto (2022) ajudam a situar esse debate no Brasil ao indicarem três tarefas para a psicologia: qualificar a comunicação, enfrentar informações falsas e produzir conhecimento psicológico atento ao nível local, considerando a importância de aproximar esse debate das experiências cotidianas da população.

Bradley et al. (2020), em um estudo com participantes da Austrália e da França, analisaram o papel da percepção de risco, da eficácia da resposta e da adaptação psicológica nos comportamentos pró-ambientais. O estudo propõe um modelo em que variáveis psicológicas e sociodemográficas influenciam a percepção de risco, que se relaciona com a percepção de eficácia e com a adaptação psicológica, culminando em comportamentos ambientalmente relevantes. Esse achado ajuda a explicar por que o simples acesso à informação não garante mudança de comportamento. Para que a informação se converta em ação, é necessário que as pessoas percebam o risco, reconheçam possíveis respostas e encontrem sentido em sua participação.

Pinheiro et al. (2025) analisam as dificuldades metodológicas na investigação da percepção da mudança climática, uma vez que este fenômeno complexo combina incertezas, escalas temporais longas e efeitos distribuídos em diferentes territórios. Por isso, os autores adotaram quatro dimensões para orientar a análise proposta: percepção e apropriação, escala espacial, escala temporal e comunicação para engajamento. Essa formulação interessa a esta pesquisa porque mostra que a comunicação climática exige tradução pública da ciência, com linguagem compreensível e sem perda de complexidade.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

No entanto, a comunicação climática também pode produzir ruídos, visto que mensagens centradas em catástrofes podem gerar medo, paralisia ou negação. Discursos voltados apenas às escolhas individuais, por sua vez, tendem a deslocar a responsabilidade para hábitos pessoais de consumo. Com isso, ficam em segundo plano estruturas econômicas e políticas energéticas, a dependência de combustíveis fósseis e padrões desiguais de produção e consumo. Diante desse desafio, Steg (2023) defende a articulação entre o comportamento individual, a ação coletiva, as políticas públicas e as mudanças sistêmicas.

A percepção de risco torna-se mais concreta quando o problema chega ao território vivido, em situações como enchentes, queimadas, falta de água, perda de áreas verdes ou interrupção de serviços públicos. A aproximação da crise climática ao cotidiano faz com que o risco deixe de circular como informação abstrata e passe a fazer parte da realidade diária. Essa dimensão territorial ajuda a compreender por que alguns grupos se mobilizam, enquanto outros respondem com negação ou com uma sensação de impotência.

Na revisão de Steg (2023), o comportamento humano aparece tanto na produção da mudança climática quanto em suas formas de enfrentamento, compreendendo fatores relacionados a disposições para mudanças individuais e coletivas como essenciais para fundamentar o debate sobre ação climática, vista para além de uma leitura centrada em escolhas pessoais, para envolver uma análise que inclui fatores sociais e políticos.

A mudança de comportamento também depende das condições materiais de vida, pois economizar água, reciclar ou reduzir deslocamentos motorizados demandam condições de renda, infraestrutura e transporte público, por exemplo. Quando essas condições não são consideradas, práticas sustentáveis podem ser tratadas como escolhas individuais.

Diante do contexto de desigualdades sociais do Sul Global, Weydmann et al. (2025) defendem a ampliação da pesquisa em Psicologia e em ações climáticas no Brasil, visto que países emergentes ainda dispõem de poucos estudos sobre variáveis psicológicas associadas à mudança climática e ao comportamento. Essa agenda de pesquisa proposta busca identificar grupos mais expostos aos impactos de eventos extremos e desenvolver intervenções ajustadas às condições sociais e territoriais brasileiras.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

É importante chamar a atenção para a forma como as responsabilidades são nomeadas na comunicação pública, pois o aquecimento global está associado a modelos históricos de desenvolvimento, desigualdades econômicas e à dependência de combustíveis fósseis. Tratar a crise como um resultado indiferenciado da "atividade humana" pode reforçar a desinformação ao apagar essas diferenças. Nesse ponto, o eixo se aproxima da meta 13.3 da Agenda 2030, que relaciona educação, conscientização e capacidade humana e institucional para enfrentar as consequências do clima em mudança (Ferreira, 2026), tema retomado no eixo 3.4 deste artigo.

3.3 Engajamento comunitário, territorialização e justiça climática

O terceiro eixo articula o engajamento comunitário à justiça climática e representa o resultado da triangulação entre a literatura sobre Psicologia Ambiental e relatórios de monitoramento da Agenda 2030 no Brasil, com foco no ODS 13, referente à Ação contra a Mudança Global do Clima. A leitura desses materiais mostrou que a ação climática não pode ser analisada apenas em escala global ou nacional, pois seus efeitos concretos se manifestam nos territórios, atingindo populações de forma desigual.

A abordagem sobre ação climática demanda uma análise que considere as desigualdades territoriais, visto que os desastres socioambientais não afetam todas as pessoas da mesma maneira. No Brasil, a localização da moradia, a infraestrutura urbana, o saneamento, o transporte, a renda, o acesso à saúde e as redes de apoio interferem na capacidade de prevenção, proteção e recuperação diante da crise climática. Por isso, a territorialização do ODS 13 exige um olhar voltado para os lugares onde a crise climática se materializa de acordo com as condições de vida das populações.

O Relatório Nacional Voluntário (RNV) do Brasil, publicado em 2024 pela Comissão Nacional para os ODS, constitui o principal documento oficial de monitoramento e de comunicação do Estado brasileiro sobre a Agenda 2030 no período recente. Além de evidenciar a retomada institucional da agenda, com a recriação da CNODS em 2023 e a reintrodução da participação social como método de governo, as políticas de combate às emergências climáticas são apresentadas no RNV como prioridade nacional (Brasil, 2024; PNUD, 2024).

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

No RNV, os efeitos desiguais dos eventos climáticos extremos e da exploração econômica predatória dos biomas são associados a uma maior intensidade nas populações socioeconomicamente vulnerabilizadas. Essa formulação aproxima-se da pauta climática do princípio de "não deixar ninguém para trás" (Brasil, 2024), pois passa a envolver a vulnerabilidade social e os vínculos territoriais para analisar a capacidade comunitária de resposta e de participação social. O desafio está em transformar diretrizes gerais em políticas territorializadas, capazes de alcançar grupos mais expostos e de fortalecer processos locais de cuidado, adaptação e proteção social (Brasil, 2024).

O IX Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030, publicado em 2025, contribui para aprofundar a análise da justiça climática no Brasil ao apresentar uma leitura crítica sobre a implementação do ODS 13. No documento, são reconhecidos os avanços no Plano Clima, como a inclusão da redução das desigualdades e da transição justa entre as diretrizes da estratégia de adaptação, além da incorporação de propostas da sociedade civil voltadas ao enfrentamento das desigualdades de vulnerabilidade. Entretanto, o relatório também evidencia tensões relacionadas ao processo de participação social para a construção do Plano Clima, bem como às diretrizes para planos estaduais, municipais e distritais de adaptação, definidas em 2024, que mencionavam a redução da vulnerabilidade, mas não incorporavam explicitamente a justiça climática nem perspectivas de gênero e raça (GTSC A2030, 2025).

Essa leitura é relevante para a Psicologia Ambiental porque mostra que a territorialização do ODS 13 demanda escuta efetiva das populações afetadas, considerando as desigualdades sociais na formulação de políticas, planos e instrumentos normativos. Essa leitura também aponta para a necessidade de fortalecer processos participativos capazes de reconhecer como comunidades distintas percebem, vivenciam e enfrentam os riscos climáticos. Desse modo, a análise do Relatório Luz permite observar que a justiça climática depende da incorporação efetiva de mecanismos participativos, de recortes de raça e gênero, de estratégias territoriais e de instrumentos de monitoramento capazes de reduzir vulnerabilidades (GTSC A2030, 2025).

A justiça climática também exige reconhecer que os impactos do aquecimento global recaem de forma desproporcional sobre populações e países que historicamente menos contribuíram para sua produção e que, muitas vezes, dispõem de menos recursos para enfrentá-la. Essa desigualdade afeta de forma mais intensa territórios urbanos

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

periféricos, comunidades tradicionais, povos indígenas, populações negras, pessoas em situação de pobreza, crianças, idosos e pessoas com deficiência, entre outros grupos socialmente vulnerabilizados.

A Psicologia Ambiental, ao considerar os vínculos entre pessoas, comunidades e territórios, pode oferecer contribuições relevantes aos processos de territorialização do ODS 13. Isso inclui compreender como as comunidades percebem as mudanças ambientais, quais estratégias locais de enfrentamento já existem, como se organizam as redes de solidariedade e de que modo as políticas públicas podem dialogar com saberes territoriais.

Nesse cenário, a contribuição da Psicologia Ambiental pode ser compreendida a partir de sua tradição de análise das relações pessoa-ambiente, campo que envolve modos de habitar, pertencer, resistir e produzir sentidos nos territórios. O Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental situa essa área como uma frente de atuação voltada às problemáticas socioambientais contemporâneas, que produzem desigualdades, sofrimento e adoecimento, ao mesmo tempo em que exige uma perspectiva crítica e transdisciplinar da profissão (CFP, 2022).

A partir dessas referências, a contribuição da Psicologia Ambiental para a justiça climática pode ser compreendida como uma prática situada de leitura dos territórios, dos conflitos e das formas coletivas de enfrentamento. No dossiê da Psicologia USP (Martins; Massola, 2025), Varela e Ramos (2025) analisam eventos climáticos extremos a partir do racismo ambiental e das relações de gênero, destacando que mulheres e populações negras e pardas são atingidas de forma desproporcional e que as respostas climáticas precisam considerar políticas públicas inclusivas e a ação coletiva.

Essa leitura também permite incluir na agenda climática abordagens que considerem vínculos territoriais, participação social e cuidado coletivo, visto que, ao discutirem comunidades tradicionais do Pantanal, Luiz e Spink (2025) mostram que a adaptação climática também se constrói por meio de saberes locais, diversificação produtiva e redes de solidariedade. Farias (2025), por sua vez, ao analisar conflitos no estado do Rio Grande do Norte relacionados à produção de energia eólica, chama a atenção para a necessidade de uma Psicologia Ambiental comprometida com as lutas populares, que denuncia as contradições do "capitalismo verde" e da transição energética, capazes de reproduzir desigualdades territoriais. Esses trabalhos permitem compreender

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

que metodologias participativas, diagnósticos psicossociais territoriais, mediação de conflitos e fortalecimento de redes comunitárias são caminhos para uma ação climática sensível às desigualdades socioambientais, aos vínculos com o lugar e às formas concretas de resistência construídas pelas populações afetadas.

3.4 Educação climática e formação profissional em Psicologia

No quarto eixo identificado, que envolve educação climática e formação profissional, o dossiê Psicologia e Mudança Climática (Martins; Massola, 2025) também oferece referências importantes. Costa, Roldão e Verrangia (2025) discutem ecoansiedade como uma questão psicossocial atravessada pela crise climática e aproximam esse debate de uma educação político-ambiental inspirada em autores como Paulo Freire, Ailton Krenak, Martín-Baró, Mark Fisher e Achille Mbembe. A conclusão do artigo destaca a necessidade de articular a consciência crítica da realidade, a ação concreta e a esperança, o que contribui para pensar uma formação em Psicologia capaz de lidar com o sofrimento climático sem reduzi-lo à esfera individual.

Pinheiro, Farias, Barros e Cavalcanti (2025), por sua vez, analisam estratégias metodológicas para estudar a percepção da mudança climática e indicam a importância de traduzir a linguagem científica para a linguagem dos tomadores de decisão e da população em geral, com uma perspectiva de esperança, de modo a promover o engajamento em práticas e cuidados socioambientais. Embora os cenários atuais e as projeções tendam ao pessimismo, o engajamento demanda um otimismo da vontade, com foco em soluções que indiquem caminhos de ação diante dos desafios contemporâneos. Já Weydmann, Campos, Presa e Bizarro (2025) defendem uma agenda de pesquisa psicológica sobre ação climática no Brasil, voltada à identificação de variáveis relevantes na relação entre a mudança climática e o comportamento. Esses estudos mostram a necessidade de inserir a crise climática na formação em Psicologia, articulando saúde mental, comunicação, percepção de risco, educação ambiental e compromisso social, de modo a incorporar competências de pesquisa e de intervenção relacionadas à crise climática.

No âmbito da formação profissional, a aproximação da Psicologia aos debates sobre desenvolvimento sustentável e ação climática evidencia-se na declaração "A

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

humanidade precisa de psicologia e psicólogos agora mais do que nunca", publicada pela Aliança Global de Psicologia (GPA) e assinada por diversas associações em todo o mundo, como a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Esse documento sinaliza a inserção da Psicologia brasileira em uma mobilização internacional voltada à Agenda 2030 (SBP, 2020), promovida pela GPA, que tem contribuído para posicionar a Psicologia como campo relevante para os ODS e para o enfrentamento da crise climática, bem como para a promoção de respostas baseadas em ciência, cooperação e compromisso social.

Ainda assim, observa-se que a presença de temas relacionados à ação climática na formação e nas práticas em psicologia permanece incipiente. A inserção dessa temática nos currículos, na pesquisa, na extensão universitária, na prática profissional e na educação continuada pode ampliar a capacidade da Psicologia de responder aos desafios climáticos contemporâneos. Isso inclui formar profissionais aptos a atuar em situações de desastre, em políticas públicas, em educação ambiental, em comunicação, em mobilização comunitária, bem como na gestão de conflitos e na promoção de comportamentos pró-ambientais.

As recomendações da Força-Tarefa sobre Mudanças Climáticas da APA reforçam a compreensão de que a crise climática deve ser vista como um tema transversal à ciência e à prática psicológica. O plano de ação propõe ampliar pesquisas sobre mudanças climáticas nas diferentes áreas da Psicologia, desenvolver competências profissionais para apoiar processos de mitigação e adaptação, incorporar o tema nos currículos de formação, fortalecer ações de advocacy e qualificar a comunicação sobre a crise climática, de modo a evitar alarmismo e estagnação, favorecendo mensagens propositivas e orientadas à construção de respostas possíveis para reverter a crise climática (APA Task Force on Climate Change, 2022). Essas recomendações oferecem respaldo internacional para a inserção da ação climática na formação e na atuação de psicólogas e psicólogos no Brasil.

A discussão sobre educação climática e formação profissional está diretamente relacionada à meta 13.3 da Agenda 2030 e oferece uma entrada estratégica para a psicologia. Como atualização documental complementar ao recorte temporal da pesquisa, considera-se a publicação do Ipea sobre a nacionalização das metas da Agenda 2030, divulgada em 2026. Sua inclusão se justifica porque o acompanhamento da Meta 13.3 no

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

Brasil ainda apresenta limitações de mensuração, conforme identificadas no RNV 2024, associadas à dificuldade de operacionalizar o indicador global e à ausência de séries regulares consolidadas para avaliar, de forma contínua, a educação e a capacidade institucional para a ação climática (Ipea, 2026).

A publicação do Ipea busca responder a essa lacuna ao adaptar a meta global à realidade brasileira, incorporando a educação ambiental, a valorização dos conhecimentos tradicionais e o fortalecimento de lideranças comunitárias femininas e juvenis. Além disso, propõe subsídios para a elaboração de indicadores nacionais, o que amplia as possibilidades de monitoramento da Meta 13.3 e fortalece sua relação com a formação de capacidades humanas e institucionais. O Quadro 2, a seguir, apresenta uma síntese da Meta 13.3 em suas formulações global e nacional, bem como seus principais elementos conceituais, indicadores e conexões com a Psicologia Ambiental e com a formação profissional.

Quadro 2 - Elementos da Meta 13.3 na nacionalização brasileira da Agenda 2030 e sua relevância para a Psicologia Ambiental

Elemento	Síntese da Meta 13.3
Meta global	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e as capacidades humanas e institucionais sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impactos e alerta precoce à mudança do clima.
Meta brasileira	Promover a educação ambiental, considerando os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Educação Ambiental; aumentar a conscientização e a capacidade humanas e institucionais para o enfrentamento da mudança do clima; valorizar conhecimentos tradicionais de povos e comunidades afrodescendentes, indígenas e quilombolas; e fortalecer lideranças comunitárias femininas e juvenis.
Justificativa da adaptação brasileira	A educação brasileira incorpora a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, presente em processos formais e não formais. A adaptação também busca tornar a meta mais mensurável por meio de indicadores oficiais já existentes, como o Censo Escolar, e incluir conhecimentos tradicionais e lideranças comunitárias como dimensões do enfrentamento do clima.
Conceitos centrais	Educação ambiental; capacidade institucional; conhecimentos tradicionais; riscos e vulnerabilidades; mitigação; adaptação; justiça climática.
Indicador global	13.3.1: Grau em que a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas às políticas nacionais de educação, aos currículos escolares, à formação de professores e à avaliação dos estudantes.
Subsídios para indicadores nacionais	Percentual de escolas que desenvolvem ações de educação ambiental no currículo, em componente específico, como eixo estruturante ou em projetos transversais/interdisciplinares; percentual de municípios com Secretaria, Conselho e Fundo Municipal do Meio Ambiente; existência

	de legislação municipal sobre adaptação e mitigação; implementação de Salas Verdes; vagas ofertadas em formação continuada em Educação Ambiental; número de Centros de Educação Socioambiental; número de agentes comunitários formados para enfrentamento de emergências climáticas.
Fontes/instituições de dados sugeridas	Censo Escolar/Inep; Munic/IBGE; SIOP/PPA 2024-2027; PPA 2024-2027.
Conexão com a Psicologia Ambiental	A meta dialoga com a Psicologia Ambiental ao tratar da educação climática e da capacidade de resposta como processos ligados à percepção de risco, ao pertencimento territorial, à confiança social e à participação comunitária. Desse modo, permite analisar como pessoas e grupos compreendem ameaças climáticas, elaboram perdas, mobilizam saberes locais e constroem estratégias coletivas de adaptação.
Conexão com a formação profissional em Psicologia	A meta reforça a necessidade de inserir a crise climática na formação de psicólogas e psicólogos, preparando profissionais para atuar com o sofrimento psicossocial associado a eventos extremos, incluindo comunicação de riscos, educação ambiental, fortalecimento de redes comunitárias, mediação de conflitos socioambientais e adaptação territorial, de modo a integrar a crise climática, a saúde mental, as políticas públicas e a justiça climática à formação profissional.

Fonte: elaboração própria com base em Ferreira (2026) e Ipea (2026).

A síntese da Meta 13.3 evidencia que a educação climática pode ser compreendida como uma dimensão estratégica da ação climática no Brasil. Ao transformar uma meta global de difícil mensuração em uma formulação nacional vinculada à educação ambiental, aos conhecimentos tradicionais e à formação de agentes comunitários, a partir da publicação do Ipea, podem ser identificados caminhos para superar a fragilidade dos indicadores observada anteriormente no acompanhamento do ODS 13. Para a Psicologia Ambiental, essa atualização é relevante porque aproxima a educação climática, a percepção de risco, os vínculos territoriais, a participação comunitária e a justiça climática. Para a formação profissional em Psicologia, reforça-se a necessidade de tratar a crise climática como dimensão transversal da atuação psicológica em saúde mental, políticas públicas, educação, comunicação e cuidado comunitário.

4. Caminhos para uma Psicologia Ambiental da ação climática

Este artigo investigou de que forma a Psicologia Ambiental se conecta à ação climática, articulando a produção acadêmica, a prática profissional e a Agenda 2030, com foco no ODS 13. A análise realizada indica que essa aproximação ganha consistência

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

quando a crise climática é compreendida a partir das relações entre pessoas, ambientes e territórios.

A sistematização realizada identificou quatro entradas analíticas para essa interface: saúde mental e bem-estar; comunicação pública, percepção de risco e mudança de comportamento; engajamento comunitário, territorialização e justiça climática; e educação climática e formação profissional. Esses eixos ampliam a atuação da Psicologia Ambiental diante da crise climática, oferecendo ferramentas para compreender o sofrimento psicossocial, qualificar a comunicação, fortalecer redes comunitárias e apoiar processos de adaptação sensíveis às realidades locais.

A análise documental do ODS 13 no Brasil evidenciou uma importante tensão. Há sinais de retomada institucional da Agenda 2030, com a recriação da CNODS, a apresentação do Relatório Nacional Voluntário de 2024 e a nacionalização das metas brasileiras pelo Ipea. Ao mesmo tempo, os relatórios analisados apontam fragilidades no enfrentamento das desigualdades e na construção de indicadores capazes de acompanhar a educação, a conscientização e a capacidade humana e institucional previstas na Meta 13.3.

A Psicologia Ambiental pode contribuir justamente nesse intervalo entre as diretrizes institucionais e as experiências vividas nos territórios. Seu campo de análise permite compreender como pessoas e comunidades percebem riscos, elaboram perdas, constroem confiança, acionam redes de apoio e produzem respostas diante de eventos extremos. Essa contribuição depende de metodologias participativas, da escuta das populações afetadas, de diagnósticos psicossociais territoriais, da valorização de saberes comunitários e do diálogo com políticas públicas.

Como limite, a pesquisa não teve caráter exaustivo nem sistemático. O objetivo foi construir uma leitura teórico-analítica da interface entre Psicologia Ambiental, ação climática e Agenda 2030, a partir da literatura científica, de documentos institucionais, de relatórios oficiais e de produções recentes da Psicologia brasileira. Pesquisas futuras podem aprofundar as experiências empíricas, as práticas comunitárias, os currículos acadêmicos e as políticas públicas voltadas à adaptação climática.

Inserir a crise climática na formação, na pesquisa e na prática psicológica tornou-se uma tarefa ética, científica e profissional, sobretudo em um país marcado por eventos extremos e desigualdades socioambientais. Preparar a Psicologia para atuar diante do

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

clima em mudança significa reconhecer que o sofrimento, o pertencimento, o cuidado e o futuro estão profundamente ligados aos territórios.

Referências

- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). APA Task Force on Climate Change. Addressing the climate crisis: An action plan for psychologists (summary). *American Psychologist*, 77(7), 2022, p. 799–811. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/amp0001041>>. Acesso em: 24 mai. 2026.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). APA Task Force on Climate Change. (2022) Addressing the Climate Crisis: An Action Plan for Psychologists, Report of the APA Task Force on Climate Change. Disponível em: <<https://www.apa.org/science/about/publications/climate-crisis-action-plan.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2026.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRADLEY, G.; BABUTSIDZE, Z.; CHAI, A.; RESER, J. The role of climate change risk perception, response efficacy, and psychological adaptation in pro-environmental behavior: A two-nation study. *Journal of Environmental Psychology*, v. 68, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2020.101410>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272494419306607>>. Acesso em: 24 mai. 2026.
- BRASIL. Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Relatório Nacional Voluntário: Brasil 2024. Brasília: CNODS; Secretaria-Geral da Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil/portugues>. Acesso em: 18 out. 2025.
- CLAYTON, S.; MANNING, C. M.; KRYGSMAN, K.; SPEISER, M. Mental Health and Our Changing Climate: Impacts, Implications, and Guidance. Washington, D.C.: American Psychological Association, and ecoAmerica. 2017. Disponível em: <<https://www.apa.org/news/press/releases/2017/03/mental-health-climate.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2026.
- CLAYTON, S.; MANNING, C. M.; SPEISER, M.; HILL, A. N. Mental Health and Our Changing Climate: Impacts, Inequities, Responses. Washington, D.C.: American Psychological Association, and EcoAmerica. 2021. Disponível em: <<https://ecoamerica.org/wp-content/uploads/2021/11/mental-health-climate-change-2021-ea-apa.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2026.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Catálogo de práticas em psicologia ambiental. Conselho Federal de Psicologia (CFP). 1. ed. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/catalogo_praticas_psi_ambiental_web-2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.
- COSTA, A. L. J.; ROLDÃO, J. M. L.; VERRANGIA, D. Ecoansiedade e práxis libertadora: olhares críticos à educação político-ambiental. *Psicologia USP*, v. 36, p. e240078, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e240078>. Disponível em:

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 03/06/2026 | aceito: 06/06/2026 | publicação: 09/06/2026

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/y5W5SvQrXTmJchCzkQbpWTg/?lang=pt> Acesso em: 04 jun. 2026.

CRUZ, L. A.; MODESTO, J. G. Climate change: challenges and possibilities for Brazilian psychologists. In: Amanda Clinton et al. (Orgs.) Climate Action and Global Psychology. The New Zealand Psychological Society. 2022. Disponível em: <<https://www.psychology.org.nz/public/climate-change>>. Acesso em: 30 mai. 2026.

FARIAS, T. M. Psicologia, mudança climática e fontes renováveis de energia: psicologia do lugar e resistência popular. *Psicologia USP*, [S. l.], v. 36, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/01036564e240100>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/241387>. Acesso em: 4 jun. 2026.

FERREIRA, H. R. S. (coord.). Nacionalização da Agenda 2030: metas brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2026. Relatório Institucional. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ri-238429>. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1e0ac0d3-0d78-4564-843f-5c7dea7f2fa5/content>. Acesso em: 4 jun. 2026.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 (GTSC A2030). IX Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030. Brasil: GTSC A2030, 2025. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2025/09/relatorio-luz-2025.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Publicação do Ipea apresenta as metas brasileiras para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ipea, 27 mar. 2026. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/16308-publicacao-do-ipea-traz-as-metas-brasileiras-para-a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 4 jun. 2026.

LUIZ, G. M. D.; SPINK, M. J. P. Diálogos de saberes no Pantanal: contribuições das comunidades tradicionais para a adaptação às mudanças climáticas. *Psicologia USP*, v. 36, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e240095>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/FpdNfMFTHM6tKrsX6gZxqyG/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2026.

MARTINS, M. H. M.; MASSOLA, G. M. Psicologia e mudança climática: diálogos para um tempo em transição. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 36, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e241734>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/jL7bjbxymF5q8ZHXJPy5Sp/>. Acesso em: 4 jun. 2026.

PINHEIRO, J. Q.; FARIAS, A. C.; BARROS, H. C. L.; CAVALCANTI, G. R. C. Percepção da mudança climática: estratégias metodológicas para superação de barreiras sociais e psicológicas. *Psicologia USP*, [S. l.], v. 36, 2025. DOI: 10.1590/0103-6564e240094. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/243918>. Acesso em: 4 jun. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Após um hiato de seis anos, Brasil apresenta o Relatório Nacional Voluntário dos ODS. Brasília: PNUD Brasil, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/apos-hiato-de-seis-anos-brasil-apresenta-relatorio-nacional-voluntario-dos-ods>. Acesso em: 4 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em:

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 03/06/2026** | **aceito: 06/06/2026** | **publicação: 09/06/2026**

<<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Década da Ação é um impulso à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/84931-década-da-ação-é-impulso-à-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentável>>. Acesso em: 19 out. 2025.

ONU BRASIL. Coletiva de imprensa do secretário-geral da ONU sobre o clima. Discurso. Publicado em 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/240543-coletiva-de-imprensa-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-sobre-o-clima>. Acesso em: 18 out. 2025.

VARELA, A. J. S.; RAMOS, E. T. Eventos climáticos extremos: uma discussão a partir do racismo ambiental e das questões de gênero. *Psicologia USP*, v. 36, p. e240093, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e240093> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/KdwsnXJJMbnSnxnCdZFtcht/?lang=pt> . Acesso em: 04 jun. 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA (SBP). A humanidade precisa de psicologia e de psicólogos agora mais do que nunca. *Sociedade Brasileira de Psicologia*. 2020. Disponível em: <<https://www.sbponline.org.br/2020/08/a-humanidade-precisa-de-psicologia-e-psicologos-agora-mais-do-que-nunca>>. Acesso em: 18 out. 2025.

STEG, L. Psychology of Climate Change. *Annual Review of Psychology*. 74, 2023. p. 391-421. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev-psych-032720-042905>>. Acesso em: 30 mai. 2026.

WEYDMANN, G.; CAMPOS, C. B.; PRESA, I. M.; BIZARRO, L. Um modelo comportamental para estudar a tomada de decisões envolvidas na ação climática. *Psicologia USP*, [S. l.], v. 36, 2025. DOI: 10.1590/0103-6564e240099. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicosp/article/view/240745>. Acesso em: 4 jun. 2026.